

AINDA EM DEZEMBRO

Precificação de produtos será implantada na Feira do Produtor

>> Rosi Oliveira
Redação DS

Na última quinta-feira, dia 17, aconteceu entre feirantes do município de Tangará da Serra e o Procon local, uma reunião para tratar da Precificação dos produtos vendidos na Feira do Produtor.

O assunto foi abordado pelo jornal Diário da Serra, ainda no mês de outubro e agora começa a ganhar forma.

Segundo o coordenador do Procon no município, Magno César, a conversa foi bastante proveitosa e dá a

entender que realmente se tornará realidade. “Estivemos reunidos com os feirantes em uma assembleia deles, então tinha muita gente participando. Pensei que talvez poderia haver alguma resistência, mas isso não aconteceu. Todos foram unânimes em dizer que tudo que servir para melhorar os serviços prestados e facilitar a vida da população, eles estão prontos para colaborar”, revelou.

Magno informou ainda que, durante a reunião, os feirantes solicitaram um prazo para se adequarem as novas normas. “Eles

nos pediram 30 dias para as mudanças e é claro que vamos aguardar, pois nada acontece da noite para o dia. Creio que próximo do Natal a população já poderá contar com o novo serviço na feira, o que facilitará bastante a vida dos munícipes”, ressaltou, Magno.

“Ninguém nunca cobrou ou sugeriu essa ideia, mas estamos prontos para melhorar o atendimento e facilitar a vida de todos, portanto nada impede que isso seja realizado”, garantiu Pedro José de Freitas, presidente da Feira do Produtor, à época da entrevista.



Os feirantes acataram a solicitação e pediram um prazo de 30 dias para as adequações

POTENCIAL CONSTRUTIVO



A medida é positiva pela celeridade que dá ao processo

Treze construtoras fazem acordo com MP e devolvem R\$ 4 milhões em Cuiabá

>> Folhamax

Treze empresas de construção civil de Cuiabá firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público Estadual (MPE) para restituírem aos cofres públicos do município, inicialmente, um montante de R\$ 4 milhões. Os valores dizem respeito a contrapartidas referentes ao potencial construtivo.

A expectativa é de que elas ainda desembolsem posteriormente cerca de R\$ 6 milhões. O dinheiro será revertido para a conclusão das obras do Parque das Águas e do Porto Cuiabá, obras que será entregue no final

do ano. O restante será usado nas obras do novo Hospital Pronto Socorro, que tem previsão de entrega em 2017.

De acordo com o promotor Mauro Zaque de Jesus, a medida foi tomada em acordo com as construtoras e é positiva pela celeridade que dá ao processo.

Zaque destacou ainda que o procedimento contra as empreiteiras será arquivado, uma vez que o acordo acabou sendo bom para o município.

As normas referentes ao potencial construtivo foram modificadas a partir da nova legislação municipal de Ocupação e Urbanização do Solo Urbano, sancionada em maio de 2011.

CANDIDATURA FICTÍCIA

TRE-MT apura candidaturas ‘laranjas’ em 249 candidatas sem nenhum voto



Órgão suspeita que partidos usam nomes apenas para preencher as cotas

>> G1MT

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) enviou à Procuradoria Regional Eleitoral a relação das candidaturas femininas com registro deferido, mas que tiveram votação zero nas urnas, ou seja, não receberam nem o próprio voto. O objetivo é investigar se os partidos e coligações utilizaram os nomes destas mulheres como ‘candidatas laranja’, apenas para preencher as cotas de gênero.

Em Mato Grosso houve 266 candidatos com

registro deferido e votação zero. Desse total, apenas 17 são do sexo masculino. A maioria, ou seja, 249 candidaturas, são do sexo feminino. Os números divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstram que, em todo o país, 14.417 mulheres registradas como candidatas terminaram a eleição com votação zerada, mesmo tendo sua candidatura deferida pela Justiça Eleitoral, indício forte de que houve candidatura fictícia.

O TSE enviou orientações aos procuradores eleitorais para que apurem a veracidade dessas candidaturas conferin-

do assinaturas e documentos que constam no processo de registro de candidatura. Eles também devem verificar se houve gastos de campanha, uma vez que nas candidaturas fictícias é comum a inexistência de investimento na campanha eleitoral.

De acordo com a presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargadora Maria Helena Póvoas, caso fique comprovado o uso indevido do nome das mulheres como candidatas ‘laranja’, os candidatos masculinos destes partidos e coligações, que tenham sido eleitos, podem até ter o mandato

impugnado por terem se beneficiado com a ilegalidade.

Em Tangará da Serra, conforme resultado oficial no provedor da Justiça Eleitoral, três candidatas aparecem sem nenhum voto, porém, dessas, uma não teve seus votos validados devido à sua situação jurídica.

Em Mato Grosso, apenas 189 mulheres foram eleitas para ocuparem cargos de vereadoras a partir do ano que vem. Elas representam 13,46% do total das 1.404 vagas para o Legislativo no estado. Em Cuiabá, por exemplo, pela primeira vez em 26 anos, nenhuma mulher foi eleita.